

China vê direitos humanos sob ótica própria

Indira A.R. Lakshmanan
The Boston Globe, de Xangai

Como muitos chineses, Y.M. Zhou acredita que os Estados Unidos têm uma visão equivocada e hipócrita sobre os direitos humanos em seu país.

"Eles não têm o direito de nos criticar porque têm seus próprios problemas — matanças em escolas e aquele pobre garoto cubano", disse Zhou, de 33 anos, funcionário de um banco estrangeiro em Xangai, referindo-se à disputa pela posse de Elián González. "Os EUA usam um valor para julgar países que estão em outros níveis de desenvolvimento. Só que nós somos o que os EUA eram cem anos atrás."

A questão dos direitos humanos e das condições de trabalho na China estão no centro do debate que culminará hoje, em Washington, com a votação da Câmara sobre a normalização

comercial com o país asiático.

A opinião de Zhou traduz um conceito bastante diferente da concepção de direitos humanos dos americanos. Para o governo chinês, direitos humanos significam oportunidades iguais e acesso a alimentos, moradia, educação e cuidados médicos. E por quase 50 anos, poucos chineses questionaram essa definição.

Ainda assim, aqui em Xangai — a cidade mais ocidentalizada e capital comercial do país — existe um crescente número de pessoas da classe média, com acesso à internet e viagens ao exterior, que começa a enxergar a questão de outra maneira.

"Nosso governo está mudando a definição de direitos humanos e tentando confundir a população", acredita Huang, ex-funcionário público, de 42 anos, que se negou a fornecer o primeiro nome por medo de represálias. "Comida é apenas uma necessidade

básica. Se o governo não fornecer alimentos à população, não tem o direito de existir."

Não chega a ser surpresa o fato de o governo chinês ter emitido comunicados em que reage à "injustiça" das críticas americanas, alegando que poderiam prejudicar as relações diplomáticas e comerciais entre os dois países.

Em contrapartida, Pequim lançou um relatório enaltecendo os progressos chineses sob o regime comunista.

Apenas uma folheada no chamado "50 Anos de Progressos nos Direitos Humanos da China" mostra que a liderança aqui entende como direitos humanos "um sistema político democrático", reforma agrária, educação às mulheres, proibição à prostituição, drogas e jogos e eliminação da discriminação étnica.

Não há dúvidas de que as condições de vida, o analfabetismo e as diferenças econômicas melho-

raram desde 1949, quando o Partido Comunista assumiu o poder. Mas o relatório não menciona as várias vezes que a política governamental deu errado. A China sofreu sua maior crise de fome no final dos anos 50, ao custo de 30 milhões de vidas. Muitos cidadãos sofreram perseguições políticas e culturais na Revolução Cultural, entre 1966 e 1976.

O documento elogia o governo por alimentar 22% da população mundial. Diz ainda que a gestão Clinton garante liberdade de expressão e religião, mas que todos esses itens estão previstos no artigo 51 da Constituição chinesa.

O documento condena os EUA por, por exemplo, possuir alta taxa de mortalidade por violência armada e discriminação racial. E conclui com o seguinte recado: "eles devem atentar aos seus próprios problemas e parar de interferir nas questões internas de outros países".